

RECIBI O ORIGINAL
Em 04/03/20
Tiago A. A. Junior



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

IPAAM
FL. Nº 87
ASS. G

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 055/20

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Construtora Tocantins Indústria de Comércio Ltda

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Dorothea Lange, nº 14 LT, Parque Shangrilá 7, Parque Dez de Novembro, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 01.762.828/0001-40

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.112.177-5

FONE: (92) 98206-2022

FAX: (92) 3302-4998

REGISTRO NO IPAAM: 0705.3215

PROCESSO Nº: 3887.2019

ATIVIDADE: Destino final de resíduos sólidos – Aterro de Inertes

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Avenida Paraíba, Qd. 12, São Sebastião, no Município de Apuí-AM.

Coordenadas Geográficas:

Ponto	Latitude	Longitude	Ponto	Latitude	Longitude
P-1	07°12'17,59"	59°53'29,17"	P-2	07°12'18,29"	59°53'28,48"
P-3	07°12'18,97"	59°53'29,18"	P-4	07°12'18,97"	59°53'29,18"

FINALIDADE: Autorizar a intervenção ambiental para destino final de resíduos sólidos – aterro de inertes, em uma área de 0,089ha, para depositar resíduos com volume médio de 6,5 toneladas/dia, referente ao Serviço de Ampliação da Rede de Abastecimento de Água do Município de Apuí-AM.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Pequeno **PORTE:** Pequeno

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.

Atenção:

- Esta licença é composta de 18 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

04 MAR 2020

Maria do Carmo Neves dos Santos
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente



RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 055/20

1. O pedido de licenciamento é a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 3887.2019**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Segregar, acondicionar, armazenar, transportar e dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos oriundos da atividade de acordo com a Lei 12.305/2010 e NBR 10.004/2004, devendo manter em arquivo o registro de movimentação dos mesmos.
8. Proteger a fauna e a flora conforme estabelecido na Lei n.º 5.197/67;
9. É expressamente proibido o represamento e assoreamento dos corpos d'água existentes na área do empreendimento, devendo a transposição de corpos d'água ser realizada mediante autorização deste OEMA;
10. Paralisar imediatamente a atividade, quando da verificação de vestígios arqueológicos, histórica ou artística na área de influência direta e/ou indireta do empreendimento e comunicar ao IPHAN e ao IPAAM;
11. Transportar substâncias minerais em veículos devidamente cobertos por lona, no horário compreendido entre as 06:00 e as 18:00 horas (de acordo com o disposto na IN/SDS nº. 002/2009);
12. Realizar manutenção periódica dos ramais utilizados par o escoamento da destinação dos resíduos inertes (de acordo com o disposto na IN/SDS Nº 002/2009).
13. Iniciar a atividade de aterro de inertes somente após demarcar a área a ser depositada (0,089ha), de acordo com as coordenadas geográficas contidas na L.O com mourões devidamente identificados.
14. A área destina-se a deposição de resíduos sólidos de inertes oriundos da remoção das obras de ampliação da rede de abastecimento de água do Município de Apuí-AM, conforme previsto com as diretrizes da NBR Nº 15113 d ABNT e Portaria/IPAAM Nº 132/2009.
15. Não é permitida a deposição de resíduos de origem diferente daquela para a qual a área foi destinada.
16. Apresentar no final da obra, relatório de desenvolvimento da atividade, contendo: Cronograma físico de progresso das principais atividades desenvolvidas, descrição dos resultados, acompanhado de relatório fotográfico com ART do técnico responsável pela execução.
17. Apresentar em 10 dias, Apresentar Cadastro técnico Federal – CTF, expedido pelo IBAMA
18. Transportar substância aterro de inertes acompanhada da cópia da L.O